

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

THIAGO TAVARES

**EVOLUÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA RECENTE E PERSPECTIVAS PARA AS EMPRESAS DO
SETOR DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL**

CURITIBA

2017

THIAGO TAVARES

**EVOLUÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA RECENTE E PERSPECTIVAS PARA AS EMPRESAS DO
SETOR DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL**

Estudo de caso apresentado como requisito à obtenção do grau de Especialista em Finanças, do curso MBA em Finanças, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Ana Paula Mussi Cherobim

CURITIBA

2017

RESUMO

O estudo de caso elaborado analisa a evolução econômico-financeira recente da educação superior no Brasil dos últimos 10 anos, considerando o progresso nas matrículas, oferta de cursos e principais fontes que facilitam a inclusão dos menos privilegiados. Comparam-se também indicadores financeiros para conseguir demonstrar os impactos dos acontecimentos do período. Em seguida, foram traçadas as principais tendências que influenciam no desenvolvimento do objeto de estudo, com o intuito de construir cenários para o período de 2017 a 2022, são eles: otimista, pessimista e provável.

Palavras-chave: Evolução econômico-financeira da educação superior. Indicadores. Tendências. Cenários.

ABSTRACT

The case study analyzed the recent economic and financial evolution of non-Brazilian higher education in the last 10 years, considering progress in enrollments, courses offered and main sources that facilitate the inclusion of less privileged. Financial indicators are also compared to obtain evidence of the impacts of the events of the period. Then, the main trends that influenced the development of the study object in order to create scenarios for the period from 2017 to 2022 are optimistic, pessimistic and probable.

Keywords: Economic-financial evolution of higher education. Indicators. Tendencies. Scenarios

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	OBJETIVO.....	8
2.1	Objeto de estudo	8
2.2	Objetivo do estudo	8
3	EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL.....	9
3.1	Panorama da da educação superior: expansão e inclusão.....	9
4	ANÁLISE DO SETOR	16
4.1	Evolução na captação de alunos - Kroton.....	16
4.2	Desempenho financeiro - Kroton	17
4.3	Evolução na captação de alunos - Estácio	19
4.4	Desempenho financeiro - Estácio	20
5	VARIÁVEIS DETERMINANTES, TENDÊNCIAS E INCERTEZAS	23
5.1	Produto Interno Bruto	23
5.2	Grau de Endividamento das Famílias.....	24
5.3	Taxa de Desemprego	25
6	CENÁRIOS	27
6.1	Cenário 1 – Pessimista (retração do PIB, aumento no grau de endividamento das famílias e na taxa de desemprego).....	27

6.2	Cenário 2 – Otimista (alta significativa do PIB, grau de endividamento das famílias continua elevado e redução na taxa de desemprego)	27
6.3	Cenário 3 – Provável (tímida melhora do PIB, grau de endividamento das famílias continua elevado e redução na taxa de desemprego)	28
7	CONCLUSÃO.....	29
	REFERÊNCIAS	30

1 INTRODUÇÃO

O estudo de cenários tem sido fonte importante para a tomada de decisão em projetos de instituições, principalmente, empresas e Governos. Através de técnicas desenvolvidas, é possível delimitar possíveis cenários para proporcionar níveis de informações mais aprofundados para a tomada de decisão.

Este estudo específico irá efetuar análises das informações recentes e históricas do setor de Educação Superior no Brasil, bem como a macroeconomia Brasileira e mundial como um todo, para projetar possíveis cenários que se desenvolverão no período de 2017 até 2022. Cada cenário será determinado através da análise das variáveis e classificação das principais incertezas e tendências. Por último, será definido o cenário mais provável de ocorrer neste período.

2 OBJETIVO

2.1 Objeto de estudo

Analisar a evolução econômico-financeira recente de empresas do ensino superior no Brasil.

2.2 Objetivo do estudo

Este estudo tem por objetivo analisar o histórico recente, indicar e avaliar os principais fatores determinantes para a evolução econômico-financeira recente para empresas do setor de educação superior no Brasil e apresentar perspectivas para os próximos anos através da construção de cenários econômicos.

Para exemplificar este desenvolvimento serão utilizadas duas empresas de capital aberto listadas na Bm&fBovespa, sendo: Estácio Participações S.A., e a Kroton Educacional S.A.

3 EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

3.1 Panorama da educação superior: expansão e inclusão

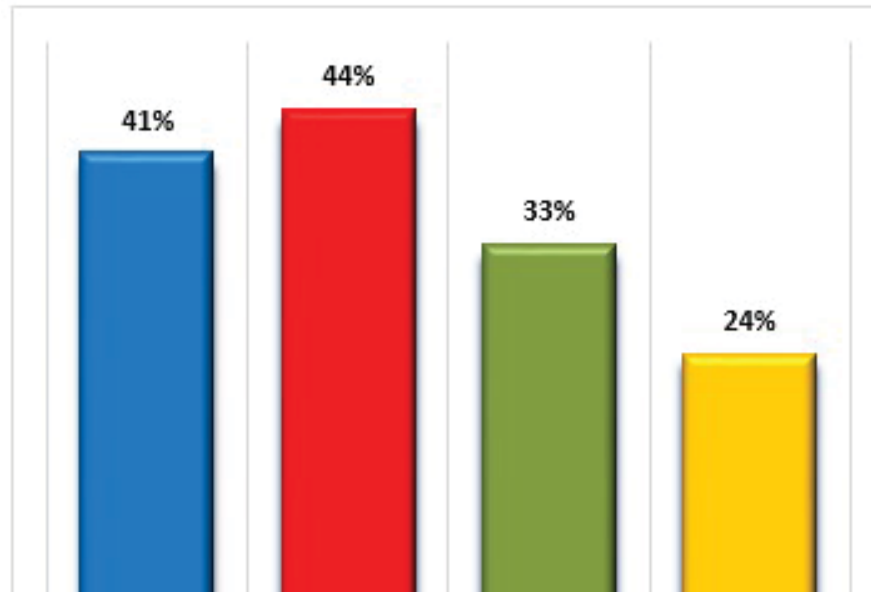
O mercado de trabalho nos dias atuais está mais competitivo, e a luta para inserção deste vem se tornando ano a ano mais exigente.

No Brasil a segunda metade do século XX foi marcada por uma expansão de demanda e da oferta de cursos de educação superior, isso retrata a busca de um diferencial para se destacar no mercado de trabalho.

Contudo países em desenvolvimento, é comum esbarrarmos com peculiaridades decorrentes da desigualdade regional, da má distribuição de renda e da baixa escolaridade média da população - recursos limitados para o ensino superior e a pesquisa e dificuldades de acesso e permanência de estudantes nas universidades. Estas particularidades são como freios, e eles servem para atrapalhar no crescimento ao acesso a capacitação.

No Brasil, podemos destacar um crescimento expressivo em regiões carentes, são elas: Norte e Nordeste. O percentual de crescimento das matrículas na região Nordeste, de 44%, correspondeu pouco menos que o dobro do registrado para o Sudeste e que o triplo daquele registrado na região Sul. A região Norte teve a segunda maior taxa de crescimento (41%) entre as regiões do país. Tais resultados são consequências dos investimentos na interiorização da universidade pública e nas políticas de democratização do acesso desenvolvidas pelo governo federal.

GRÁFICO I – CRECIMENTO DAS MATRÍCULAS NAS UNIVERSIDADES – 2006 – 2015

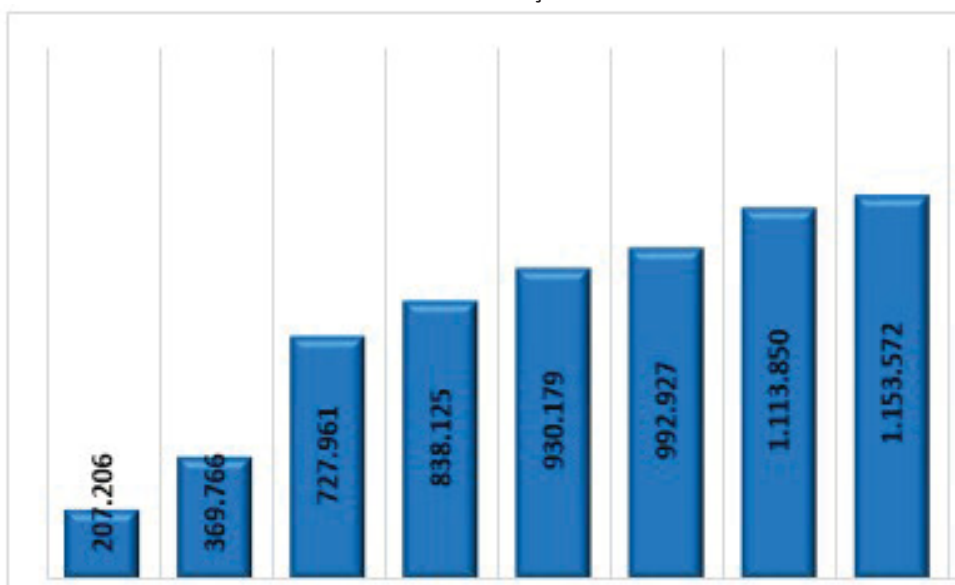


Fonte: INEP/MEC - Elaborado pelo autor

Outrossim, não podemos deixar de lado as necessidades dos estudantes, elas são fundamentais para que o índice de crescimento do setor continue evoluindo. Frente a isso, destaco a educação a distância, ótima opção para captação de alunos, e que está mostrando avanço significativo.

O modelo de educação a distância, apresenta vantagens como o baixo custo, a flexibilidade de horários e o alcance praticamente universal. Cabe destacar o forte incremento das matrículas na graduação a distância entre 2006 e 2015: em 2006, era cerca de 207 mil matrículas; em 2015, mais de 1,3 milhão. Esse extraordinário crescimento comprova, de um lado, a existência de uma forte demanda reprimida por modelos alternativos de oferta de educação superior, e, de outro, a superação do preconceito histórico com a modalidade, fruto das políticas do MEC nesse sentido.

GRÁFICO II – MATRÍCULAS NA GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA EM TERMOS



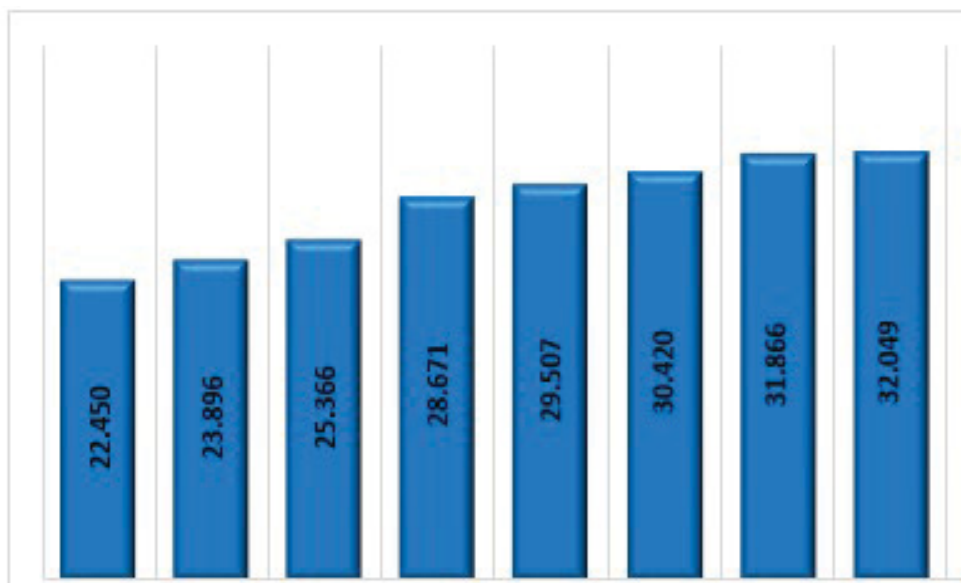
Fonte: INEP/MEC - Elaborado pelo autor

Estudar requer muita dedicação, pois é processo que demanda tempo e dinheiro, propriedades preciosas e restritas para grande porção dos brasileiros. A educação superior é vista, tradicionalmente, como um reduto da elite economicamente favorecida. A maneira mais eficaz de reverter esse quadro e tornar a educação superior uma experiência ao alcance de todas as classes sociais é a utilização de mecanismos que minimizem a demanda de tempo, de dinheiro ou de ambos por parte do estudante.

O recurso mais óbvio para otimizar o tempo dos estudantes consiste na expansão da oferta de cursos noturnos. Desta forma, o simples fato de estudar não inviabiliza a possibilidade de trabalhar ao mesmo tempo. Nesse sentido, é preciso privilegiar, quando da expansão das vagas, a oferta em cursos noturnos.

Entre 2006 e 2016, a oferta de cursos de graduação evoluiu de 22.450 opções para 33.501, o que representa um crescimento de 33% somando setor público e privado.

GRÁFICO III – OFERTA DE CURSOS DE GRADUAÇÃO



Fonte: INEP/MEC - Elaborado pelo autor

A promoção da acessibilidade financeira passa pelo desenvolvimento de ações que diminuam os custos associados aos estudos superiores – matrícula, mensalidade, materiais, livros, alimentação e moradia. Dessa maneira, é essencial ampliar as possibilidades de financiamento da educação superior.

Uma opção consiste no acesso à educação privada por meio da oferta de bolsas a parcela dos estudantes de baixa renda. Outra possibilidade é o financiamento parcial ou total dos estudos, por meio de empréstimos com longo prazo para restituição dos valores e juros módicos. Essas medidas podem ser combinadas à ampliação progressiva das vagas nas universidades gratuitas, nos três entes federativos, e a oferta de bolsas e subsídios complementares aos estudantes de universidades públicas e privadas, com a finalidade de custear os demais gastos do estudante.

Como exemplos de soluções do governo federal para esses desafios, pode-se citar programas como o Fies e o Prouni. O primeiro ganhou novo fôlego após reestruturação completa em 2010, e o segundo, criado em 2004, tornou-se um dos programas de maior sucesso do Ministério da Educação.

Para participar do Prouni o estudante deve, além de atender aos requisitos de renda e de ter participado do Enem, atender a uma das seguintes condições: ter cursado o ensino

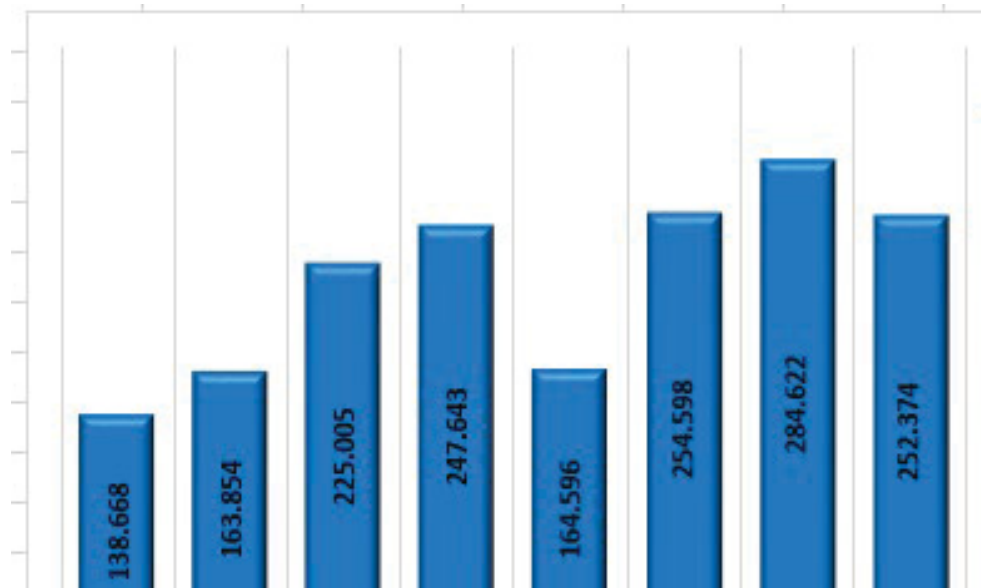
médio completo em escola da rede pública ou em escola da rede privada, na condição de bolsista integral da própria escola; ser pessoa com deficiência ou ser professor da rede pública de ensino e concorrer a bolsas em cursos de licenciatura destinados à formação do magistério da educação básica.

Por meio de processos seletivos semestrais realizados pelo Ministério da Educação, os candidatos às bolsas do Prouni são pré-selecionados pelas notas obtidas no Enem, conjugando inclusão à qualidade e mérito dos estudantes com melhores desempenhos acadêmicos. A manutenção da bolsa é condicionada ao bom desempenho acadêmico.

As empresas do setor têm algumas vantagens em aderirem ao Prouni, por de alunos e isenção fiscal.

“A adesão ao Prouni isenta as instituições de ensino superior do pagamento de quatro tributos: Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), Contribuição exemplo: captação Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS). A isenção vale a partir da assinatura do Termo de Adesão e durante seu período de vigência (dez anos)”. (Ministério da Educação, 2017).

GRÁFICO IV – EVOLUÇÃO DA OFERTA DE BOLSAS PROUNI



Fonte: MEC/SESu/Dipes - Elaborado pelo autor

“O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em cursos superiores não gratuitas na forma da Lei 10.260/2001. Podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação”. (Ministério da Educação, 2017).

Por meio do Fies, o Governo Federal assume os gastos com matrícula e mensalidades do estudante durante toda a graduação. De acordo com o perfil e o interesse do contratante, o valor financiado varia de 50% a 100% do montante total. O reembolso do capital inicia-se após período de carência, que se inicia com a conclusão do curso. A taxa de juros sobre o montante financiado é fixa, da ordem de 3,4%. São elegíveis estudantes cuja renda familiar bruta total não ultrapasse vinte salários mínimos. Dá-se prioridade aos estudantes mais bem colocados no Enem.

Com o objetivo de ampliar o acesso dos estudantes à educação superior, o Fies passou por vários aprimoramentos ao longo de sua existência, que redundaram na promulgação da Lei nº 12.202/2010. Com as alterações, a gestão do Fundo foi internalizada no Ministério da Educação, por meio da operacionalização pelo FNDE, e ampliou-se a

participação de agentes financeiros do programa, que passou a contar, além da Caixa Econômica Federal, com o Banco do Brasil.

Na tabela abaixo, é possível conferir as principais mudanças nas condições nas quais o financiamento é concedido:

TABELA I – MUDANÇAS DO NOVO FIES

Tema	Novo FIES	
Taxa de juros	3,4%	
Carência	18 meses	
Prazo de amortização	3x o período financiado + 12 meses	2x o pe
Pagamento com trabalho	É possível a atuação como professor da rede pública de educação básica ou como médico do Programa Saúde da Família.	
Carência na residência médica	residência.	
Valor máximo financiado	Entre 50% e 100%.	
Limitação de renda para contratar	Renda bruta familiar de até 20 salários-mínimos.	
Inscrição	Pela internet, a qualquer momento.	Inscrição e em datas

Fonte: DIPES/MEC - Elaborado pelo autor

4 ANÁLISE DO SETOR

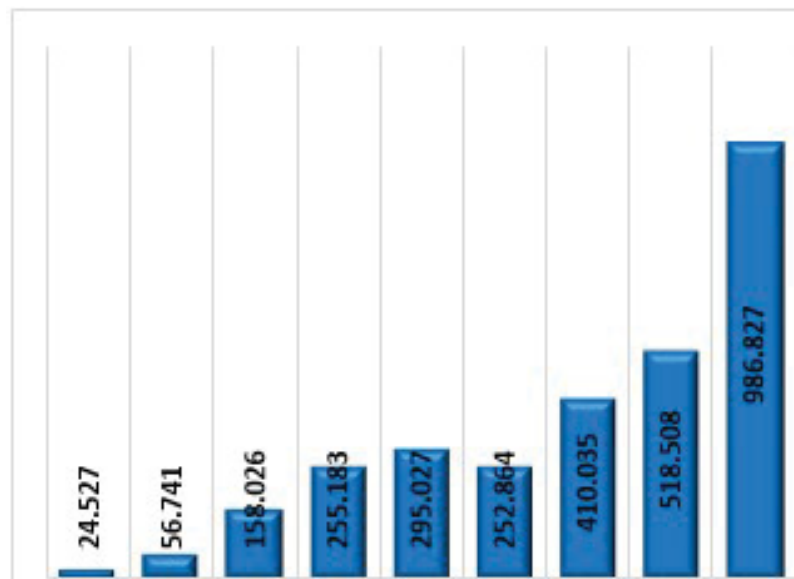
Com o objetivo de demonstrar também o quanto evoluiu de modo em termos financeiros, serão apresentadas análises de duas empresas de capital aberto que estão listadas na bolsa Bm&fBovespa.

Os dados financeiros utilizados para a elaboração das análises a seguir foram capturados dos próprios relatórios administrativo da Kroton Educacional S.A.

4.1 Evolução na captação de alunos - Kroton

A ascensão no setor de educação do Brasil foi considerável no período de 2006 a 2015, quando isolamos os dados da Kroton, o crescimento é enorme, porém no ano de 2016 ocorreu uma baixa do número de alunos matriculados, podemos entender foi devido à crise que o país enfrentou, onde sem dúvida nenhuma a captação seria mais difícil, pois a maioria das famílias brasileiras teriam de optar no que gastar seus recursos.

GRÁFICO V – NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS – 2006 a 2016



Fonte: Kroton Educacional S.A. - Elaborado pelo autor

4.2 Desempenho financeiro – Kroton

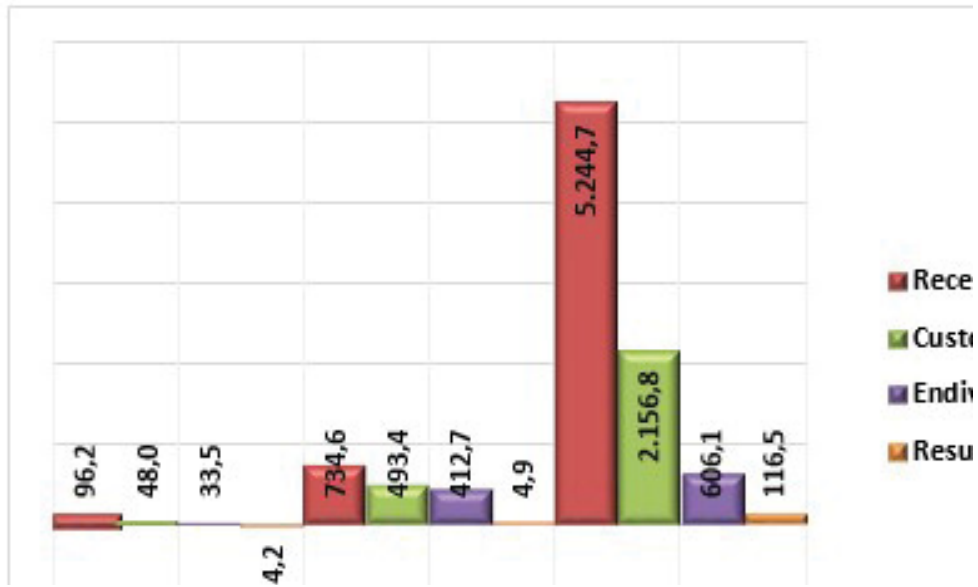
Receita Líquida – No ano de 2006 a Kroton havia encerrado com uma receita líquida de 96,2 milhões, o avanço da empresa foi gigantesco em dez anos, pois em 2016 a receita líquida era de R\$5.244,7 milhões. Um dos fatores desse aumento expressivo é o simples fato da mesma registrar 3.605% de alunos matriculados no período. Além da incorporação dos alunos da Anhanguera e da receita dos alunos do Pronatec em 2014, venda da Uniasselvi em 2015.

Custos – Houve uma evolução 9 p.p. no período, isso demonstra que a empresa conseguiu ao longo dos anos melhorar seu controle de orçamento. Em 2006 os custos representavam 50% da receita e em 2016 apenas 41%.

Endividamento – Apesar de 2016 o país ter passado por uma crise financeira na maioria dos setores, a Kroton soube controlar seu nível de endividamento em relação ao ano anterior, os dois períodos registraram 12% em relação a receita líquida, e se voltarmos mais ao tempo, em 2006 o índice correspondia 35% da mesma fonte de comparação. Outrossim, em termos reais a dívida ativa da Kroton está muito atrelado as grandes aquisições que foram feitas no período.

Resultado Financeiro – o resultado financeiro de 2016 foi o maior do período estudado em R\$116,5 milhões, e o pior ano foi de 2009, que registrou R\$36,1 milhões negativo. O número apresentado demonstra se o reflexo de todo investimento que a empresa fez ao longo dos anos, em ano de crise foi uma ótima resposta de como está a saúde financeira da empresa.

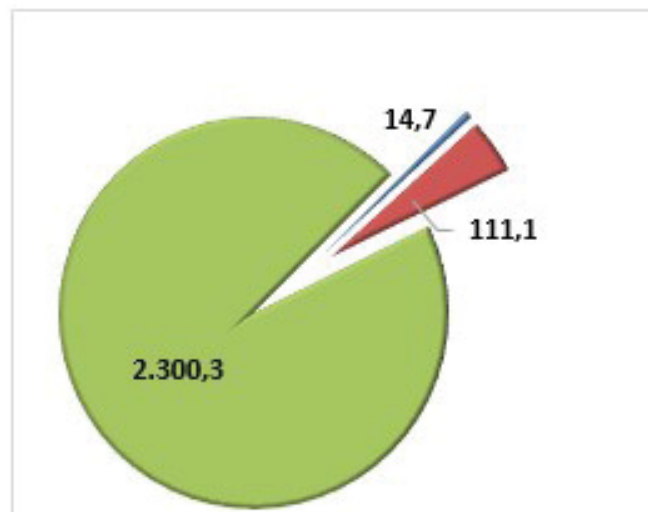
GRÁFICO VI – DESEMPENHO FINANCEIRO – 2006 a 2016



Fonte: Kroton Educacional S.A. – Elaborado pelo autor

Ebitda – o Ebitda ajustado atingiu R\$2.300,3 milhões em 2016 com uma margem de 43,9%, crescimento de 2,5 p.p. na comparação com 2015, quando confrontado com 2006 a evolução foi de 28,6 p.p. isso é fruto dos esforços que foram conduzidos para aumentar a eficiência operacional e controlar os custos e despesas da mesma.

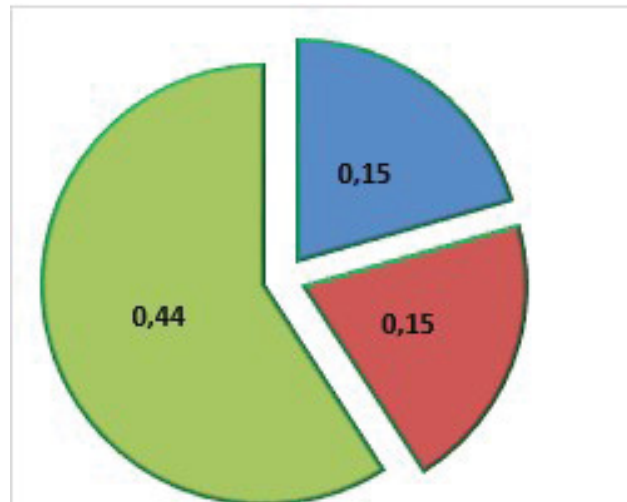
GRÁFICO VII – EBITDA – 2006 a 2016



Fonte: Kroton Educacional S.A. - Elaborado pelo autor

Margem Ebitda – a margem de ebitda da Kroton está subindo nos últimos 4 anos uma média de R\$0,03 por exercício. O pior resultado do indicador foi em 2010, que apresentava R\$0,10 de lucro para cada real vendido.

GRÁFICO VIII – MARGEM EBITDA – 2006 a 2016



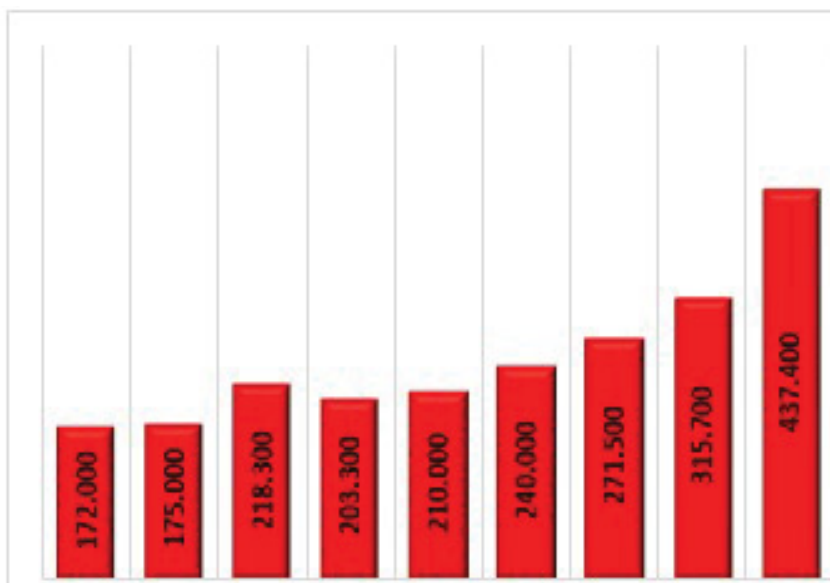
Fonte: Kroton Educacional S.A. - Elaborado pelo autor

Os dados financeiros utilizados para a elaboração das análises a seguir foram capturados dos próprios relatórios administrativo da Estácio Participações S.A.

4.3 Evolução na captação de alunos - Estácio

O aumento do número de alunos na Estácio foi constante a partir de 2010, sendo que a melhor evolução ocorreu no ano de 2014, foi 39% de crescimento em relação ao ano anterior.

GRÁFICO IX – NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS – 2006 a 2016



Fonte: Estácio Participações S.A. - Elaborado pelo autor

4.4 Desempenho financeiro - Estácio

Receita Líquida – o crescimento da receita da Estácio entre 2006 e 2016 foi de 285%, não muito significativo, haja vista que o crescimento de matrículas foi de 195% o que explica o grande aumento em termos financeiros.

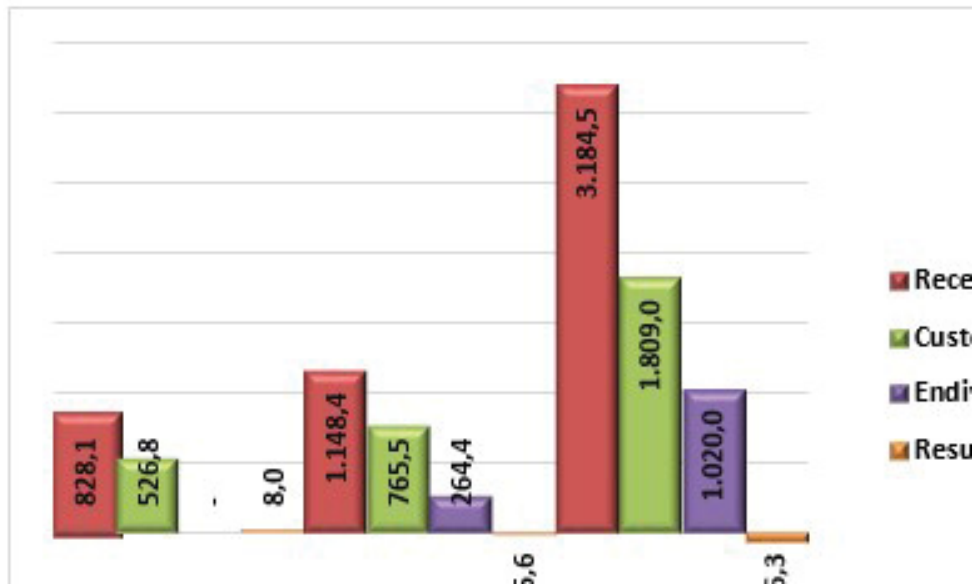
Custos – com exceção ao ano de 2007 que a empresa conseguiu reduzir -2% de custos em relação ao ano anterior, e mesmo assim, receber mais alunos, aumento de receita, aumento na capacidade de geração de caixa, resultado financeiro positivo superior a 2006, os anos seguintes a empresa não conseguir segurar o crescimento dos custos dos serviços prestados. O maior aumento foi de 33%, em 2014.

Endividamento – O endividamento bruto da Companhia totalizou R\$1,05 bilhão em 2015, fator responsável foi a emissão de debentures da Companhia.

Resultado Financeiro – o resultado financeiro de 2016 foi o pior do período estudado em R\$86,3 milhões negativo, e o melhor ano foi de 2008, que registrou R\$26,3 milhões positivo. O demonstra foi que a empresa sofreu com a crise que o país esteve, e mesmo

aumentando o índice de alunos matriculados, o índice de capacidade de geração de caixa foi menor, o que dá indício de aumento na inadimplência da Companhia.

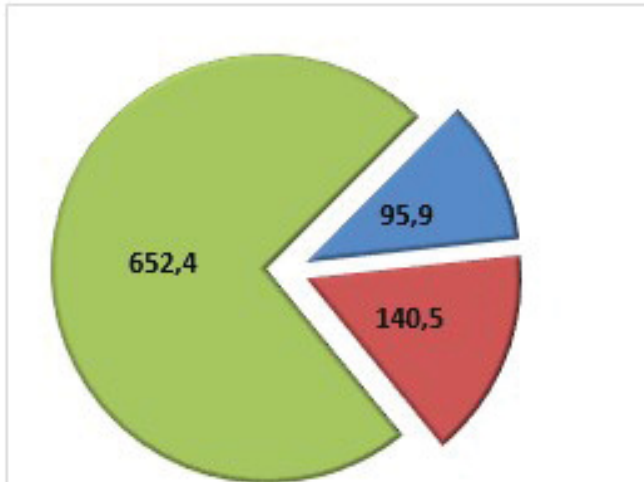
GRÁFICO X – DESEMPENHO FINANCEIRO – 2006 a 2016



Fonte: Estácio Participações S.A. - Elaborado pelo autor

Ebitda – o Ebitda ajustado atingiu R\$652,4 milhões em 2016 com uma margem de 20,5%, declínio de 4,3 p.p. na comparação com 2015, quando confrontado com 2006 a evolução foi de 8,9 p.p., apesar de melhora na capacidade de geração de caixa a empresa apresentou um resultado financeiro negativo.

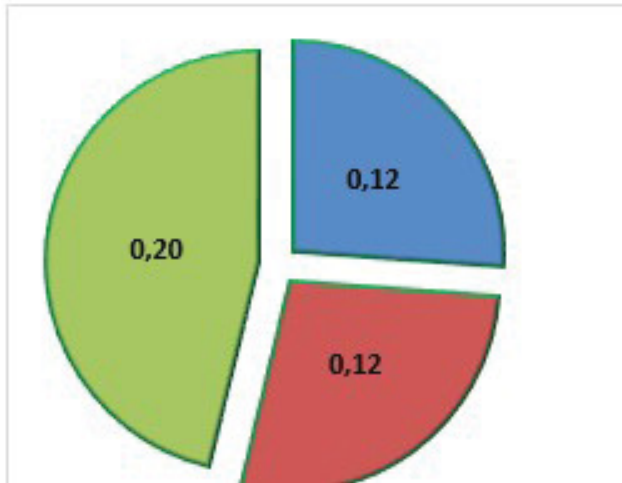
GRÁFICO XI – EBITDA – 2006 a 2016



Fonte: Estácio Participações S.A. - Elaborado pelo autor

Margem Ebitda – a margem de ebitda da Estácio esteve numa média de R\$0,15 no período. O pior resultado do indicador foi em 2008, que apresentava R\$0,07, e o melhor em 2015 registrado R\$0,25 de lucro para cada real vendido.

GRÁFICO XII – MARGEM EBITDA – 2006 a 2016



Fonte: Estácio Participações S.A. - Elaborado pelo autor

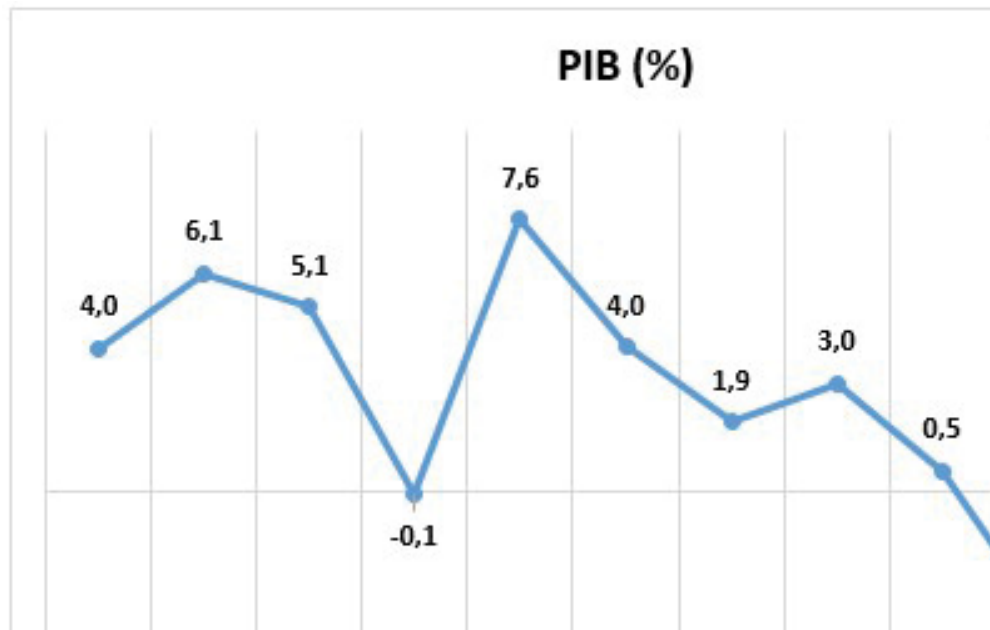
5 VARIÁVEIS DETERMINANTES, TENDÊNCIAS E INCERTEZAS

O clima de incerteza e tensão política observado em 2016 contribuiu para a deterioração do cenário macroeconômico brasileiro, evidenciado pela queda do PIB, agravamento nos quadros de grau de endividamento das famílias e taxa de desemprego, nessa vertente, que destoco como principais variáveis determinantes para o crescimento do setor da educação.

5.1 Produto Interno Bruto

A economia brasileira vive um período de recessão. Em 2016, o Produto Interno Bruto (PIB) encolheu 3,6%, após perda de 3,8% em 2015. Quando a economia anda em ritmo lento, todos são afetados porque um resultado ruim indica que a renda distribuída em salários para os trabalhadores e lucros para as empresas será menor. Sem ganho salarial, as pessoas consomem menos, diminuindo a venda de produtos e serviços das empresas. Ao vender menos, as empresas diminuem os investimentos e as contratações, impactando no mercado de trabalho. Se a economia fica estagnada por muito tempo, pode até gerar desemprego.

GRÁFICO XIII – PIB – 2006 a 2016



Fonte: IBGE - Elaborado pelo autor

5.2 Grau de Endividamento das Famílias

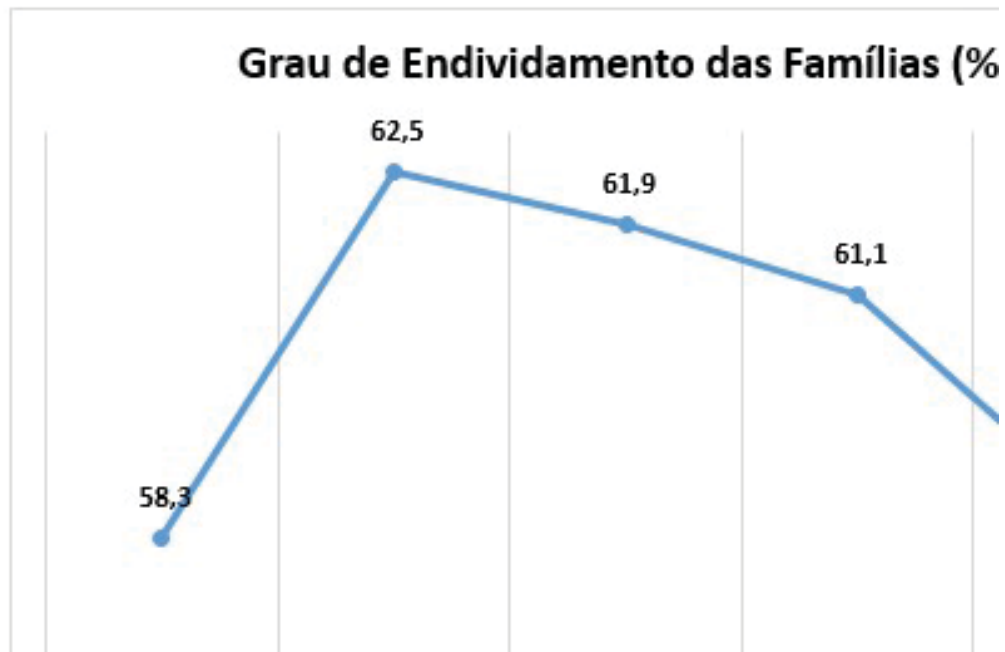
O povo brasileiro tem um desejo de comprar a qualquer custo um determinado bem material, e isso faz com que percam o bom senso e mudam o valor agregado ao produto e passa a ser agregado ao desejo de consumo, nem sempre fazendo a compra consciente, adicionando necessidades de se ter algo, perdendo muitas vezes os valores morais, sociais e econômicos, ajudando a alongar as dívidas das famílias.

A questão do consumo consciente, é muito importante vendo que precisamos saber administrar o que ganhamos para poder poupar, ainda mais nos dias de hoje em que a única certeza é que passaremos por momentos de dificuldades e teremos com o que suprir as necessidades e manter em ordem os compromissos se formos menos consumistas e mais poupadores.

Observamos que as pessoas estão ficando cada vez mais sem controle dos últimos anos; porque talvez elas mascarem os controles de gastos, não considerando aqueles mais importantes, chamados de despesas fixas.

O nível de desemprego também afeta o aumento do grau de endividamento das famílias, este é mais um motivo para que as pessoas comecem a economizar seus recursos, pois em momentos de crise é normal que empresas corte gastos com pessoal.

GRÁFICO XIV – GRAU DE ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS – 2012 a 2016



Fonte: Pnad - Elaborado pelo autor

5.3 Taxa de desemprego

A taxa de desemprego no país continua crescendo em índices alarmantes, a situação é crítica, em abril de 2017 este índice foi para 13,6%, se comparado com abril de 2012 são 5.8 p.p. de elevação.

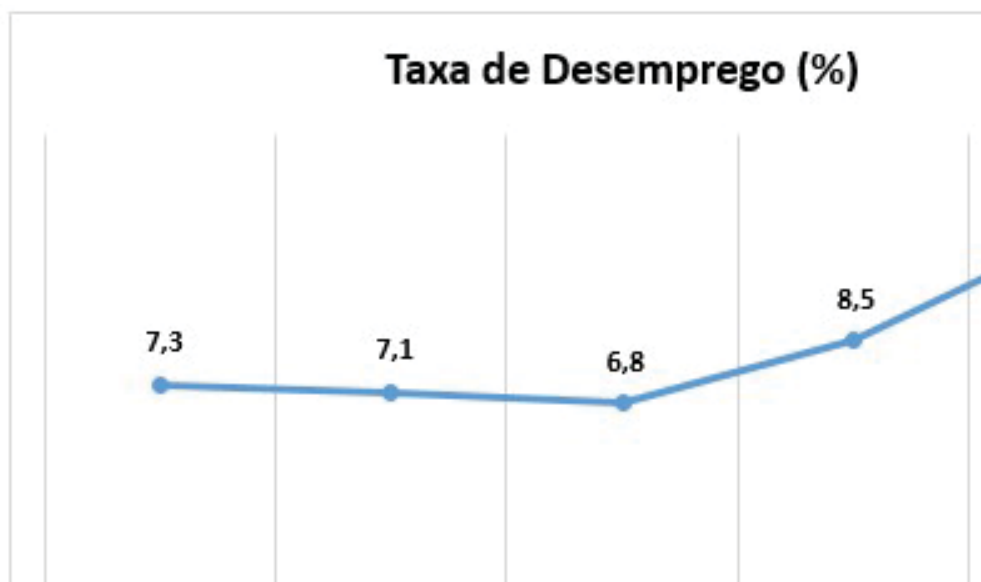
Como principais causas para o desemprego, destaco:

– Baixa qualificação do trabalhador: muitas vezes há emprego para a vaga que o trabalhador está procurando, porém o mesmo não possui formação adequada para exercer aquela função;

- Substituição de mão de obra por máquinas: nas últimas décadas, muitas vagas de empregos foram fechadas, pois muitas indústrias passaram a usar máquinas na linha de produção. No setor bancário, por exemplo, o uso de caixas eletrônicos e desenvolvimento do sistema bankline também gerou o fechamento de milhares de vagas;
- Crise econômica: quando um país passa por uma crise econômica, o consumo de bens e serviços tende a diminuir. Muitas empresas demitem funcionários como forma de diminuir custos para enfrentar a crise.
- Fatores Climáticos: chuvas em excesso, secas prolongadas, geadas e outros fatores climáticos podem gerar grandes perdas financeiras no campo. Muitos empresários do setor agrícola costumam demitir trabalhadores rurais para enfrentarem situações deste tipo.

No setor de educação não é diferente, milhares de trabalhadores foram ou serão impactados pelo quadro exposto, e no futuro, parte provavelmente irá fazer parte do grande percentual de famílias endividadadas, que reflete no aumento da inadimplência.

GRÁFICO XV – TAXA DE DESEMPREGO – 2012 a 2016



Fonte: Pnad - Elaborado pelo autor

6 CENÁRIOS

Para a elaboração dos cenários, vamos considerar situações pessimista, otimista prováveis em relação ao desdobramento das variáveis escolhidas, baseadas nas expectativas de mercado quanto a evolução destas e também de variáveis proxy quando expectativas de mercado não forem possíveis de serem obtidas.

5.1 Cenário 1 – Pessimista (retração do PIB, aumento no grau de endividamento das famílias e na taxa de desemprego)

O clima de incerteza e tensão política observado em 2016 contribuiu para a deterioração do cenário macroeconômico brasileiro, e o PIB per capita, por sua vez, está no terceiro ano seguido de contração, o que gerou vários impactos para as famílias e empresas. Nesta direção, o indicador se manterá estagnado causando sérios problemas para o país.

Níveis de endividamento das famílias se eleva consideravelmente diante das condições de emprego e da corrosão da renda pela inflação.

A taxa de desemprego se eleva ainda mais do que o último ano, em vista que o PIB ainda estará retraído, conseqüentemente aumento no nível de inadimplência nas empresas, principalmente aquelas que oferecem produtos e serviços de médio e longo prazo.

5.2 Cenário 2 – Otimista (alta significativa do PIB, grau de endividamento das famílias continua elevado e redução na taxa de desemprego)

Neste cenário extremamente favorável, uma melhora significativa do PIB nos próximos anos, que traz como consequência, renda distribuída em salários e lucros para as empresas será maior. Com ganho salarial, as pessoas irão consumir mais, investir mais em si

mesmos, o que reflete no aumento do índice de alunos matriculados em instituições de ensino superior.

Nível de endividamento das famílias se mantém elevado, em função da menor corrosão da renda pela inflação que tem tendência de redução e controle pelo governo.

A taxa de desemprego diminuiu significativamente com o resultado reaquecimento da economia. E, também, com mais condições de emprego um registro de redução no nível de inadimplência, abrindo espaço para melhores resultados na educação.

5.3 Cenário 3 – Provável (tímida melhora do PIB, grau de endividamento das famílias continua elevado e redução na taxa de desemprego)

Com o intuito de impulsionar a economia, o Governo reduziu a taxa básica de juros de 14,25% no final de 2015 para 13,75% ao final de 2016 e continua diminuindo, em maio de 2017 o registro é de 10,25% segundo BC. No boletim Focus, as projeções são de inflação de 4,09% em 2017 e 4,46% em 2018, o que explica uma redução mais agressiva da taxa Selic. Diante disto, é provável o que o Brasil reage timidamente nos próximos anos.

Nível de endividamento das famílias se mantém elevado, tendo em vista que o brasileiro é consumista, e no Brasil há um histórico altos índices de endividamento, contudo é provável que ocorra uma pequena melhora, pelo fato da incerteza que o país vive, crise econômica e política faz com que as famílias fiquem inseguras e com isso consumem menos, principalmente quando o bem e/ou serviço é de médio e longo prazo.

Com o reaquecimento da economia é provável que a taxa de desemprego diminua, conseqüentemente os níveis de inadimplência, sendo assim, a possibilidade é melhores expectativas para os resultados das empresas de educação superior no Brasil.

7 CONCLUSÃO

Este estudo procurou analisar, indicar e avaliar os fatores determinantes para a evolução do crédito livre para pessoas físicas no Brasil. Por meio da técnica de construção de cenários, foram elaborados três possíveis cenários com o objetivo de apresentar a perspectiva da evolução do crédito bancário para pessoas físicas. Levando em conta os aspectos apresentados, podemos inferir que os três cenários descritos estão dentro da realidade da dinâmica do crédito e com possibilidade de que possam efetivamente vir a se concretizar, servindo como base para se perceber a tendência do mercado de crédito livre para pessoas físicas dentro dos próximos anos. Estas análises podem ajudar os agentes envolvidos em seus respectivos processos de tomada de decisão, permitindo realizar eventuais ajustes em atividades de planejamento relacionado ao tema.

REFERÊNCIAS

MOTOMURA, OSCAR. **Coletânea Cenários**. São Paulo: Amana Desenvolvimento e Educação, 1990.

SANTOS, BOAVENTURA DE SOUSA. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 2ªed. São Paulo: Cortez, 2005.

Estácio – **Relações com Investidores** – Disponível em:

<http://www.estacioparticipacoes.com.br/estacio2010/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=30119>. Acesso em: 02 jun. 2017.

Kroton – **Central de Resultados** – Disponível em: <<http://www.kroton.com.br/>>. Acesso em: 02 jun. 2017.

Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – **Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) – Maio 2017** – Disponível em: <<http://cnc.org.br/central-do-conhecimento/pesquisas/economia/pesquisa-nacional-de-endividamento-e-inadimplencia-do--30>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Contas Nacionais Trimestrais** - Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/defaultcnt.shtm>>. Acesso em: 11 jun. 2017.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Principais destaques da evolução do mercado de trabalho no Brasil 2012 – 2016** – Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domic

ilios_continua/Principais_destaquês_PNAD_continua_2012_2016/principais_destaquês_PNAD_continua_2012_2016.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2017.

Ministério da Educação. ProUni – **Como Funciona**. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/prouni-sp-1364717183/como-funciona>>. Acesso em: 07 jun. 2017.

Ministério da Educação. **O que é o FIES**. Disponível em:

<<http://sisfiesportal.mec.gov.br/?pagina=fies>>. Acesso em 07 jun. 2017.

_____. Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10260.htm >. Acesso em: 07 jun. 2017.

_____. Lei nº 12.202, de 14 de janeiro de 2010, que altera a Lei no 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES (permite abatimento de saldo devedor do FIES aos profissionais do magistério público e médicos dos programas de saúde da família; utilização de débitos com o INSS como crédito do FIES pelas instituições de ensino; e dá outras providências). Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Lei/L12202.htm >. Acesso em: 07 jun. 2017.